



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
Circular nº 191/2020

Brasília (DF), 08 de junho de 2020.

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN

Companheiro(a)s,

Encaminhamos o relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE), realizada *online*, no dia 03 de junho do corrente ano.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.<sup>a</sup> Jacqueline Rodrigues de Lima  
2<sup>a</sup> Secretária



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICA  
EDUCACIONAL – GTPE DO ANDES-SN**

**DATA:** 03 de junho de 2020 (quarta-feira)

**LOCAL:** Reunião virtual

**Presentes: Anexo 1**

**MANHÃ**

**Diretore(a)s da Coordenação presentes:** Ana Maria Ramos Estevão, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa e Fernando Lacerda

**Diretore(a)s convidado(a)s presentes:** Eblin Farage

**TARDE**

**Diretore(a)s da Coordenação:** Ana Maria Ramos Estevão, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa e Fernando Lacerda

**Diretores convidados:** Antonio Gonçalves e Eblin Farage

**Pauta:**

1. Informes Nacionais e das seções sindicais
2. EaD nos Institutos Federais, Universidades e CEFET;
3. Cartilha e iniciativas contra imposição do EaD
4. Encaminhamentos e outros assuntos

## **1. Informes**

### **- Informes Nacionais**

#### **1- Reunião conjunta dos setores**

No dia 29 de maio, ocorreu reunião conjunta dos setores do ANDES-SN.

Os encaminhamentos foram:

---

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

1. Que o ANDES-SN e suas Seções Sindicais se incorporem nas atividades de junho construídas pelas Frentes Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo e as Centrais sindicais, assumindo o calendário do Fora Bolsonaro e Mourão pelo fim desse governo;

2. Que o ANDES-SN faça um ofício para o MEC reivindicando que os processos internos das IFES sejam respeitados no que se refere à eleição de reitor(a)s e que não sejam, em hipótese alguma, indicado(a)s interventore(a)s. A AJN poderá orientar as assessorias jurídicas das seções sindicais, onde for necessário, para construir a ação local;

3. Que as Seções Sindicais impulsionem debate, no interior das IES, sobre as adaptações necessárias para o período posterior ao isolamento social;

4. Que as Seções Sindicais defendam a autonomia das IES em reestabelecer o calendário acadêmico quando da retomada das atividades presenciais;

5. Solicitar informações das Seções Sindicais sobre “plano de contingência”, “plano de biossegurança” e outros das IES;

6. Solicitar informações das Seções Sindicais de diagnósticos que estejam sendo realizados nas IES sobre condições tecnológicas da comunidade acadêmica;

7. Que as Seções Sindicais estimulem o debate sobre as possíveis soluções transitórias para o trabalho remoto em cada IES, com monitoramento constante da luta e correlação de forças, para evitar que atividades transitórias se tornem permanentes;

8. Que as Seções Sindicais façam a luta política para que não seja implementada nenhuma nova forma de controle do trabalho docente nesse período de pandemia e que nos locais que existam tal controle que lutem para que não expressem assédio moral sobre o(a)s professore(a)s; 9. Que a diretoria avalie a realização de uma campanha de comunicação, a partir de sugestões do GTPE, com os princípios do ANDES-SN sobre a EaD;

## 2 – Reunião do FONASEFE

---

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

O FONASEFE tem se reunido toda terça-feira, pela manhã, e avançado em algumas ações e debates importantes para o conjunto do funcionalismo público. Através das assessorias jurídicas das entidades nacionais, está buscando ações para reverter a normatização que possibilitou a alteração no SIGEPE das consignações do(a)s servidore(a)s público(a)s federais, o que, em várias categorias, tem gerado suspensão dos descontos (sindicalização) por parte do(a)s sindicalizado(a)s. Segundo a assessoria jurídica, no fato de um(a) servidor(a) realizar a suspensão da consignação, ele(a) não está se dessindicalizando, já que essa ação deve ser realizada junto à seção sindical. Já foi enviado um ofício do FONASEFE para o SERPRO e feita solicitação de reunião, porém eles informaram que esse assunto não é com eles e sim com Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério da Economia, com a qual também estamos solicitando reunião. Outra ação importante é a de que o FONASEFE, na tentativa de articular as ações nos estados, está indicando para que no dia 04 de junho de 2020, em todos os estados, sejam realizadas reuniões dos Fóruns de luta em defesa dos serviços públicos e em articulação com os movimentos sociais. Por fim, nessa semana, no dia 27 de maio, em alguns estados do Brasil, foram realizados atos silenciosos contra o governo Bolsonaro e Mourão; em defesa do SUS e por EPI para o(a)s profissionais da saúde, entre as pautas específicas de cada estado. A ideia é que esse tipo de ação, resguardada todas as precauções de segurança e orientações da saúde, seja realizado de forma sistemática.

### **3 – Semana de Luta do Setor IEES/IMES**

O lançamento da Semana de luta do setor IEES-IMES foi feito através do vídeo do presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves, na sexta-feira passada (22/05/20), onde foram apresentadas a agenda e as ações que seriam realizadas na semana de 25 a 30 de maio, como seguem:

1. Vídeo com as ações das IEES-IMES de enfrentamento à pandemia;
2. Diversos *Cards* sobre as lutas do setor no último período:
  - Contra o trabalho remoto, combate ao assédio; defesa dos direitos e da vida do(a)s trabalhadore(a)s da saúde;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

*Cards* de denúncia do não pagamento de 13º salário do(a)s servidore(a)s público(a)s de MG e dos atrasos salariais nas Instituições (MG, RN, entre outras);

3. Também foi publicado o Mural de ações: a) de enfrentamento aos Governos dos Estados/Municípios; b) de iniciativas de solidariedade em tempos de pandemia; e c) de conquistas das lutas da categoria docente;

4. A *live* do ANDES-SN dessa semana foi especial, dedicada à semana do setor, com o tema “Ações de solidariedade e defesa dos direitos”, que teve a participação de quatro Seções Sindicais – Luciane Soares da Silva, pela ADUENF, Gilberto Correia da Silva, pela APUG, Ana Paula Ginflskoi, pela ADUNIMONTES e Arturo Samana, pela ADUSC; mediadas pela coordenação do setor, a Diretora Roseli Rocha, 2ª. VPR Pantanal/ADUEMS;

5. InformAndes especial com a pauta: a) dados parciais da “Pesquisa de financiamento das IEES-IMES” b) situação de precarização em diversas instituições: MG, RJ, BA e PR, e até ameaça de privatização de empresas públicas e universidades pelo governador Witzel, no RJ.

6. Lançamento do caderno da Previdência nos Estados e entrevista Ping Pong com Sara Granemann – com versão digital em nossa página.

## **2. EaD nos Institutos Federais, Universidades e CEFET**

Foi realizada uma abertura com a Diretoria, na qual foi apresentada a gravidade da situação e destacado o que o ANDES-SN tem realizado no momento para combater a imposição de EaD durante a atual crise. Foram destacados que os princípios que têm orientando as ações são: posição crítica histórica do Sindicato Nacional ao EaD, como um instrumento do capital para a mercantilização da educação e a precarização do trabalho docente; indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e defesa do artigo nº 207; projeto de educação pública, laica, democrática, socialmente referencial; antipatriarcal; defesa da vida acima do lucro.

Também foi apresentada a diferenciação entre EaD e ensino remoto, assim como a importância de existir um profundo debate na comunidade acadêmica



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior antes de qualquer decisão no interior de universidades, institutos federais e CEFET sobre como responder à crise pandêmica.

O debate abordou: situações enfrentadas por SSIND, com algumas já enfrentando a imposição de ensino remoto e outras mantendo suspensão do calendário; problemas como precarização do trabalho docente, dificuldades psicológicas no período de pandemia. Também foram destacados desafios como: natureza privada das plataformas virtuais; ausência de infraestrutura adequada; aprofundamento da exclusão de camadas mais pobres e historicamente injustiçadas no país; necessidade de aprofundar a qualidade das intervenções sobre EaD; direitos de imagem e autoria em aulas e conteúdos didáticos.

### **3. Cartilha e iniciativas contra a imposição de EaD**

Foi discutida a proposta de elaboração de cartilha para instrumentalizar a luta contra a imposição de EaD e outras medidas de precarização do trabalho docente. A proposta é a cartilha ser dividida em três partes: (1) acúmulos já existentes do ANDES-SN sobre EaD; (2) diferenciação de diferentes aspectos (EaD, trabalho remoto, ensino remoto etc.); (3) caracterização da realidade e desafios atuais, além de indicar propostas para a resistência.

Além da cartilha, a Diretoria apresentou possíveis medidas jurídicas para além da Nota Técnica emitida por essa e pela AJN: representação no Ministério Público Federal (MPF) sobre a questão do trabalho remoto; pedido de ingresso como *amicus curiae* na ação judicial já protocolada pelo MPF e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT); disponibilização de peça de ação judicial para as seções sindicais utilizarem.

Propostas que apareceram no debate: produzir *cards* com o conteúdo da nota técnica divulgada na circular nº 173/2020; combater a segregação e a exclusão que podem resultar da imposição de EaD; qualificar o debate sobre EaD; avaliar questões jurídicas sobre direitos de imagem e autorais (proteção jurídica de docentes). Também levantou-se a possibilidade de verificar respostas aos questionários usados por reitorias e traçar mapa nacional (o que dependerá de respostas à circular nº 180/2020).



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

### **Encaminhamentos e outros assuntos**

- Construção da Cartilha com três partes e contando com: coordenação do GTPE, Nilson, Reinalda, Clarissa e Ana Carolina.
- Partes da cartilha:
  - Resgate do acúmulo do ANDES-SN sobre o EaD, e a produção do Sindicato Nacional sobre o tema;
  - Conceitos, reflexões e diferenças sobre EaD, Trabalho e Ensino Remotos.
  - Caracterização da realidade e desafios atuais, além de indicar propostas para a resistência (trazendo a discussão sobre a defesa de plataformas públicas, investimentos em infraestrutura e concursos para não ocorrer precarização do trabalho; alertar para o perigo da preservação de modelos de EaD após a pandemia).
- Confecções dos *Cards* divulgando o acúmulo sobre a discussão de EaD, Trabalho e Ensino Remotos, utilizando os elementos da nota técnica construída pela AJN e Diretoria;
- Seções sindicais avaliem possibilidade de ações jurídicas contra o ensino remoto utilizando minuta elaborada pela AJN.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## ANEXO I LISTA DE PRESENÇA

### MANHÃ

**Seções Sindicais:** Andreia Cristina Peixoto Ferreira (ADCAC); Paula Almeida de Castro (ADUEPB); Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Cláudio Costa (ADUFF); Leonardo Santos (ADUFMAT); Ana Paula Archanjo Batarce (ADUFMS); Clarissa Rodrigues (ADUFOP); Luciene das Graças Miranda Medeiros (ADUFPA) ; Rita Porto (ADUFPB); Luciano Prado da Silva (ADUFRJ); Reinalda Souza Oliveira (ADUFS); Marina Ferreira de Souza Antunes (ADUFU); Lúcia Valadares (ADUR); Iracema Oliveira Lima (ADUSB); Célia Martins (APRUMA); Neila Nunes de Souza (SESDUFT); Aniel da Costa Lima (CEFET-MG); Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE); Paulo Cambraia (SINDUFAP); Guilherme Dornelas Camara (SSIND na UFRGS);

### TARDE

**Seções Sindicais:** Andreia Cristina Peixoto Ferreira (ADCAC); Paula Almeida de Castro (ADUEPB); Erika Suruagy (ADUFERPE); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Cláudio Costa (ADUFF); Leonardo Santos (ADUFMAT); Ana Paula Archanjo Batarce (ADUFMS); Clarissa Rodrigues (ADUFOP); Luciene das Graças Miranda Medeiros (ADUFPA); Rita Porto (ADUFPB); Luciano Prado da Silva (ADUFRJ); Reinalda Souza Oliveira (ADUFS); Marina Ferreira de Souza Antunes (ADUFU); Lúcia Valadares (ADUR); Iracema Oliveira Lima (ADUSB); Célia Martins (APRUMA); Neila Nunes de Souza (SESDUFT); Aniel da Costa Lima (CEFET-MG); Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE); Paulo Cambraia (SINDUFAP); Elisabete Burigo (SSIND na UFRGS).



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## ANEXO II

### INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS

#### ADUEPB

1. Criação do GTPE, na atual Gestão, iniciando as atividades em 23 de abril para contribuir com as discussões, especialmente nesse período, realizando reuniões semanais online.
2. Realização de Live semanal com temáticas relacionadas à atualidade das discussões envolvendo os servidores públicos.
3. Lançamento da Revista ADUEPB Debate com temática "Instituições, serviços e profissionais em risco: o debate necessário em tempos de pandemia". As contribuições podem ser enviadas até o dia 20 de agosto de 2020 para o e-mail [aduepbdebate@gmail.com](mailto:aduepbdebate@gmail.com)
4. Participação nas reuniões online de Departamento, Centro e Conselhos da universidade.
5. Análise dos dados de questionários organizados e divulgados pela Pró-Reitoria de Graduação.

#### ADUFERPE

##### O que está acontecendo na UFRPE?

Reitor eleito foi empossado

Na UFRPE o calendário letivo 2020.1 está suspenso desde 15 de março.

Foi criado um comitê institucional para tratar de temas e impactos da pandemia

As atividades administrativas estão sendo realizadas de forma remota

Está sendo solicitado dos servidores um plano de trabalho remoto e encaminhamentos de atividades para os estudantes que não tem caráter avaliativo e não podem ser considerados como atividade letiva

Está sendo feita uma pesquisa sobre competências digitais e está recebendo críticas da nossa seção sindical pois toma como referência a experiência EUROPEIA.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
No final da gestão anterior O CONSU foi convocado para aprovar resolução sobre o plano de atividades e o relatório anual de atividades. Conseguimos com o apoio dos diretores de departamento retirar esse ponto de pauta.

### **O que a ADUFERPE está realizando?**

Desde o início da suspensão das aulas realizamos ações que chamamos **ADUFERPE NA QUARENTENA**, são produtos dessa iniciativa:

**Lives:** sobre diversos temas, inclusive o trabalho remoto, às sextas-feiras. Próxima live acontecerá dia 05/06 com o tema: A crise institucional e a democracia no Brasil.

**Pílulas de reflexão:** Vídeo de até 6 minutos encaminhados aos docentes em nossas redes sociais (Whatsap, Facebook, Instagram)

**Carro de som:** circulando nas comunidades próximas à UFRPE alertando sobre os problemas do Covid-19

**Cards com indicação dos docentes sobre:** O que Ler, Ver e Ouvir na quarentena

**Plenária virtual** com a participação de mais de 100 associados

**Reuniões do conselho de representante da ADUFERPE:**

**Reuniões virtuais da diretoria:** a cada 15 dias

**Encaminhamento de ações judiciais:** ganhamos na justiça liminar contra a suspensão de adicionais ocupacionais

**Ações de solidariedade:** Do litoral ao Sertão, nos campi da UFRPE (doação de máscaras, apoio a distribuição de alimentos, etc). Doação financeira a hospitais públicos do estado.

**Fixação de faixas nos campi:** Universidade pública pela vida. Fora Bolsonaro!

### **ADUFPA**

-Atividades Acadêmicas suspensas na UFPA desde 19 de março 2020;

-Reuniões virtuais semanais de Diretoria;

-Atividades da diretoria e GTPE no período de Quarentena:

- Isolamento social (sede da ADUFPA na UFPA e Casa do Professor, fechadas) de diretores/as e funcionários/as. Os trabalhos essenciais – Secretaria e Teesouraria- estão sendo feitos em home office;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- Duas Lives, por semana, às terças – feiras conteúdo político-acadêmico; às quintas-feiras, culturais, sempre às 18:00h na Página da ADUFPA/Facebook;
- Ação de Solidariedade: a ADUFPA por deliberação da Diretoria, tem contribuído com cestas básicas, distribuição de máscaras e outros aportes para entidades dos arredores da universidade, EPIs para profissionais de saúde do Hospital Universitário Barros Barreto; Campanha para aquisição de cestas básicas para alunos carentes da Escola de Aplicação;
- Participação em reuniões virtuais da CSP- conLutas e demais sindicatos e Movimentos Sociais locais;
- Foi criado um Grupo GTPE em WhatsApp para comunicação, troca de informações;
- Além de mim, dois membros do GTPE local (professoras Vera Jacob e Olgaíses Maués) participaram de reunião ampliada da Diretoria, em maio, que discutiu a Portaria 1206/2020 de 08.04.2020, da Reitoria, que dispõe sobre Plano de Trabalho remoto, teletrabalho; com retroatividade a 19.03.2020 qdo, , por Portaria, o Reitor suspendeu todas as atividades na UFPA;
- Eu e Vera Jacob mediamos Live sobre política educacional e mediei, em 16.06 (terça-feira) a Live sobre Educação e Democracia com Prof Dr Roberto Leher como expositor;
- Diretoria publicou Nota sobre a Portaria 1206/2020-UFPA (Trabalho Remoto) e suas consequências na UFPA;
- Diretoria deliberou sobre Ajuizamento de Ação (já elaborada pela Assessoria Jurídica) contra a Portaria 1206/2020-UFPA;
- Por solicitação da Diretoria da ADUFPA, houve reunião com a reitoria ( Vice-reitor e pró-reitores) sobre a Portaria 1206/2020 qdo reafirmamos a necessidade de continuar com o isolamento social e reivindicamos a suspensão do preenchimento de formulários pelos docentes sobre trabalho remoto; pandemia na UFPA; situação da Escola de Aplicação; Future-se ( reivindicamos e tivemos o compromisso do Vice-reitor de que a UFPA manterá a decisão do CONSUN que, por unanimidade, votou pela Rejeição Integral do Future-se).

---

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
Houve, ainda, a posição da reitoria de que o Calendário acadêmico será discutido qdo houver o retorno e conseguimos participação no GT que monitora a pandemia no Pará e em Belém para debatermos uma política de segurança aos docentes, estudantes e Técnico-administrativos para que o retorno às atividades acadêmicas, qdo for possível, seja sem comprometimentos consequentes da pandemia; eleições pra reitor, cujo mandato terminará em 23 de setembro; em 03/06, às 15:00h, o CONSUN se reunirá para discutir proposta a ser apresentada pela Comissão Eleitoral já existente antes da quarentena, para se definir como será feita esta eleição;

- Está marcada reunião virtual do GTPE-ADUFPA para 05/06, às 16:00h, cuja pauta será a socialização dos resultados desta reunião do GTPE - ANDES-SN e outros assuntos;

## **ADUFU**

Na UFU estamos com as atividades suspensas desde o dia 18 de março. No âmbito da universidade foi montado um comitê multiprofissional para discutir a pandemia, e esse comitê orientou a suspensão do calendário acadêmico. A universidade lançou um questionário para discentes, docentes e técnicos/as administrativos, focalizando a questão de acesso à internet, vislumbrando o ensino remoto. Na semana passada foi chamada reuniões com diretores/as, coordenadores/as para discutir sobre EAD e ensino remoto. A ADUFU desde o início da suspensão tem promovido várias ações de solidariedade. A Adufu tem realizado "lives" semanais abrangendo os vários temas. O GTPE tem feito reunião online e a Olenir, professora que participa do GTPE, participou de um "live" juntamente com o professor Luiz Carlos de Freitas, com o tema "A casa não é escola" (disponível no youtube). Temos defendido que não podemos aceitar aulas remotas por entendermos que esse tipo de aula acirra as desigualdades sociais. Nem todos/as tem acesso à internet. Em nível de Estado e Município o trabalho remoto está sendo utilizado, com muitas denúncias de precarização do trabalho docente e também da falta de acesso dos/as estudantes. A SEEMG tem enviado muitos formulários para serem preenchidos diariamente, com a finalidade de "vigiar" a execução do trabalho. No



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior município a TVE tem sido utilizada para transmitir as aulas, as quais são feitas por uma triz, assim como no Estado.

Entretanto, no estado, o canal disponibilizado é pago e aqui em Uberlândia não tem acesso a esse canal. Além desses enfrentamentos estamos também atentas às políticas educacionais em relação aos ordenamentos legais. Neste sentido, participaremos de uma "live" discutindo as DCN's para formação de professores/as no dia 9 de junho às 15:00 (convite anexo). No âmbito do GTPE/ADUFU defendemos: NENHUM A MENOS e A CASA NÃO É ESCOLA. O trabalho remoto docente precariza o trabalho docente, já tão precarizado. Para ser docente precisa de formação e não vocação. Em relação à pandemia, especificamente, Uberlândia tem quase 30 mortos confirmados com covid, os leitos com 90% de ocupação.

### **ADUSB**

As atividades presenciais estão suspensas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com suspensão do calendário acadêmico. A Adusb realiza campanha de solidariedade com recurso da sessão sindical e da comunidade universitária em apoio às entidades e organizações de maior vulnerabilidade econômica neste período de pandemia. Tem produzindo boletins informativos semanalmente com a participação de docentes com temas relacionados ao COVID 19. Estamos realizando lives para discutir inicialmente: Reforma da Previdência na Bahia; EAD e ensino remoto na Universidade, e prevenção e condições de trabalho no retorno as atividades presenciais.

### **ADUFES**

**Informes da Associação dos Docentes da Ufes (Adufes) para reunião do GTPE de 03 de junho**

#### **1. Lives:**

A Adufes tem já realizou 10 lives transmitidas pelo canal do youtube e pelo facebook ([https://www.youtube.com/channel/UC0ygw5jW9Q5tQ\\_1SRD8dG7A](https://www.youtube.com/channel/UC0ygw5jW9Q5tQ_1SRD8dG7A))



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior como forma de ampliar o contato com a base, abordando temas de interesse da comunidade universitária. Destacamos, junto ao GTPE:

09/04 – A educação a distância e suas implicações para a educação básica e o ensino superior (Juliana Melim, Edson Cardoso e Ana Carolina Galvão).

26/05 – Suspensão do calendário acadêmico da Ufes (Felipe Skiter – TAE e Ana Claudia Meira – docente)

29/05 – Desafios da educação: limites e alternativas necessárias (Dermeval Saviani)

02/06 – A universidade necessária em tempos de pandemia (João Carlos Salles)

## **2. Registro de “trabalho remoto – Covid-19” como “afastamento”**

A Adufes questionou a reitoria sobre o registro lançado de “afastamento” em função da realização de trabalho remoto. Depois de insistir com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), a partir do mês de maio as/os docentes não estão mais “afastados”, mas sim em “atividade”. Porém, o lançamento de afastamento nos meses de março e abril permanece, razão pela qual **a Adufes mais uma vez solicitou a correção dos meses de março e abril.**

<https://adufes.org.br/portal/noticias/37-adufes/3427-adufes-faz-nova-interpelacao-a-progep-sobre-registro-funcional-que-considera-trabalho-remoto-covid-1-como-afastamento.html>

## **3. Suspensão do calendário acadêmico**

A Universidade Federal do Espírito Santo não suspendeu seu calendário acadêmico e a Adufes fez forte campanha para que isso ocorresse.

Conseguimos que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) fosse convocado, após mais de 60 dias sem sessão (pelo menos três sessões ordinárias não convocadas), mas a reitoria pressionou muito os Centros de Ensino no debate que se seguiu para que o calendário não fosse suspenso. A Adufes visitou 43 departamentos/colegiados/conselhos departamentais em 6 dias com o objetivo de subsidiar a comunidade acadêmica sobre os elementos implicados à suspensão do calendário. Entendemos que a insistência da Administração da Ufes pela manutenção do calendário acadêmico tem relação com a implantação de modelos de



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ensino e trabalho remoto no menor espaço de tempo possível. A suspensão não foi aprovada pelo CEPE na reunião de 3 de junho.

#### **4. Grupo de Trabalho (GT) da Reitoria para análise de dados e planejamento das ações da Ufes (enquetes e plano de contingência) e Comitê Operativo de Emergência (COE - plano de biossegurança).**

A Adufes esteve participando do GT e COE. Porém, tendo em vista os desdobramentos que se anunciam, decidimos nos retirar para não configurar apoio do sindicato às decisões da reitoria que estão em direção contrária ao que defendemos.

<http://adufes.org.br/portal/noticias/37-adufes/3479-adufes-retira-se-do-grupo-de-trabalho-da-ufes-que-elabora-propostas-para-periodo-de-isolamento-social.html>

#### **5. Reunião do Conselho de Representantes e GTPE da Adufes**

**Conselho de Representantes:** convidamos as/os conselheiras/os do Conselho de Representantes da Adufes para uma reunião virtual dia 4 de junho, às 14 horas.

**GTPE Adufes:** enviamos a circular do Andes, n. 174, que convocou reunião do GTPE e considerando que localmente já temos os sinais de "EAD" colocados, convidamos os integrantes do GTPE local para o dia 5 de junho, às 10h.

#### **6. Adoção de “EAD” (ou variantes)**

A Resolução 07/2020 do Conselho Universitário da Ufes suspendeu as atividades de ensino presenciais e autoriza em caráter não obrigatório a realização de atividades de apoio ao ensino e aprendizagem on line. No caso da pós-graduação, também vale a suspensão das disciplinas, mas estão mantidas as defesas e qualificações de forma remota.

Há tentativas de acelerar a implantação de “ensino remoto” ou suas variantes.

### **ADUFS**

A ADUFS tem atuado tanto no âmbito das medidas nacionais (Decretos, PECs etc.) que visam liquidar os serviços públicos, sobretudo no que toca à universidade, mas também tem envolvido a categoria e a comunidade acadêmica da UFS na discussão das pautas internas e em debates, palestras e seminários sobre os temas mais diversos.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

### **SEÇÃO SINDICAL NA UFRGS**

Na UFRGS, as atividades presenciais seguem suspensas até 30 de junho, com possibilidade de nova prorrogação. Uma pequena parcela das disciplinas presenciais foram convertidas em disciplinas EAD, mas começam a circular notícias sobre propostas de Ensino Remoto Emergencial (ERE) em elaboração pelo Fórum das Comgrads (Forgrad) como alternativa de “retorno” às atividades de ensino de graduação. Até o momento, a discussão nesse âmbito não foi encerrada e as propostas não foram apresentadas à comunidade universitária. Em audiência com a Reitoria no dia 14 de maio, o ANDES/UFRGS foi informado de que um GT Retorno está incumbido de formular propostas para a retomada das atividades que estão suspensas e que essas também serão apresentadas à comunidade universitária.

No dia 25 de maio, o ANDES/UFRGS emitiu nota em que manifesta crítica ao ERE como “uma EAD precarizada”, que funcionaria em paralelo às normas estabelecidas. Segue link para a nota da Seção: <http://andesufrgs.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Nota-ERE-25052020.pdf>

O Diretório Central dos Estudantes (DCE), em diálogo com a Seção e a partir de reunião com as entidades de base, também emitiu nota sobre a questão: "a PROGRAD utiliza a expressão 'Ensino Remoto Emergencial' para burlar a legislação e não cumprir requisitos obrigatórios para a implementação de ensino remoto. E por não haver condições de planejamento para migração acelerada para o 'semestre híbrido', a proposta do 'ERE' significa a implementação do EAD ainda mais precarizado, sem respaldo legal, fundamentação científica, epistemológica e pedagógica". Segue link para a nota do DCE: <https://dceufrgs.com.br/2020/05/30/sobre-continuidade-do-semester-na-ufrgs/>

A Seção Sindical tem acompanhado as reuniões do Conselho de Saúde e Ambiente de Trabalho (Conssat) da UFRGS, que prepara um documento a ser entregue à Administração Central e compartilhado com os segmentos da Universidade sobre os riscos que serão enfrentados e os cuidados necessários no retorno às atividades presenciais.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

**SESDUFT**

- 1- Estamos em isolamento social desde 14 de março de 2020;
- 2- Atividades/ Calendário suspenso por decisão do CONSUNI no dia 30 de março de 2020;
- 3- Sobre preenchimento de relatórios como isso ainda não estava instituído na UFT, conseguimos que: “preencham esses relatórios os professores que conseguirem realizar” e no retorno, nos colocamos à disposição para preenchimento desses relatórios;
- 4- Em contrapartida, coordenadores de curso sendo pressionados para o envio de relatórios, que dependem dos professores, relatórios esses, que são para compor o relatório de gestão da universidade;
- 5- Pressão da reitoria para continuar trabalhos de comissões como se fossem tempos de normalidade, a exemplo da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD que não temos instituído na Universidade. Foi realizada eleição no dia 19 de setembro de 2019, com o fim de eleger os membros dessa comissão, não houve nenhuma reunião presencial e agora aparece a presidente da comissão nomeada pela reitoria e, duas reuniões on-line, com pretensão de aprovação de regimento inclusive, o detalhe é que nessa comissão está previsto 24 membros, foram eleitos em set. 13 membros e, agora participando, apenas 6 ou 7 membros (conseguimos o comprometimento do reitor que essa comissão fique em em stand bay até que sejam eleitos todos os membros da comissão);
- 6- Neste momento muitos professores acreditando que tem que voltar e, já começa um movimento de que se o EAD, ou arremedos disso, e/ou mesmo trabalho remoto, acham que é preciso voltar (muitos professores com medo de prejuízo nos seus salários);
- 7- A reitoria se movimenta para o retorno, com alternativas a partir de uma reunião ocorrida no dia 27 de junho de 2020, de uma comissão constituída desde 2018, com representação dos três segmentos, que discutia os planos individuais de atividades (PIT) e relatórios individuais de atividades (RIT), que a reitoria pressiona para que sejam implantados, sob o argumento de que os órgãos de controle estão pressionando a implantação;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- 8- Na reunião desse dia 27 de junho os alunos souberam da reunião e pediram falas e protestaram sob o argumento de que “o retorno” deve ser montada nova comissão e, que essa discussão deve ir para o CONSUNI. O Reitor nessa reunião se comprometeu a marcar uma reunião do Consuni, que estamos aguardando;
- 9- Após essa reunião os alunos fizeram um manifesto se contrapondo a EAD e trabalho remoto;
- 10- Por fim, dos sete campi da UFT, 6 deles estão com as aulas na graduação paralisadas respeitando a suspensão do calendário acadêmico, o que ocorre é que um dos campi, o da capital, alguns cursos se propondo a ministrar aulas para alunos formandos, para os alunos que quiserem e puderem e para os professores que se proporem, ocorre é que se o professor não se dispôr, outro professor poderá ministrar a sua disciplina.

### **SINDUECE**

A suspensão das aulas presenciais iniciaram em 16 de março de 2020, sem, contudo, haver interrupção do calendário acadêmico, indicando-se o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação para finalizar o semestre 2019.2. Estávamos a cerca de 3 ou 4 semana para a conclusão da maioria das atividades de ensino. Acontece que as contradições ficaram evidente no decorrer da adoção das TDIC, seja pelas dificuldade de acesso por parte dos discentes, pela dificuldade pedagógica dos docentes ou por outros elementos: adoecimento mental e pela Covid-19, sobrevivência face a crise econômica, entre outros motivos. A comunidade tensionou e a Administração Superior garantiu que daria mais 30 dias quando fosse possível retomar as aulas presenciais.

A Sinduece emitiu posição contrária à início de um novo semestre por meio do ensino remoto ( Nota 1 - | Nota 2 - ) e solicitou à Reitoria a criação de um Grupo de Trabalho Acadêmico para debater o combate à pandemia e a convivência com o isolamento social, com a participação de todos os seguimentos da Universidade e foi acatado. O GTA passará a debater semanalmente as questões relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão, com o compromisso da Administração Superior para levá-las em consideração na tomada de decisão.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Por fim, agora há pouco o Conselho Estadual de Educação, contrariando o MEC e a LDB, aprovou parecer favorável ao uso das TDIC nas disciplinas práticas e nos estágios!

E a nossa avaliação é que o debate reafirmar a posição contrária ao Ensino remoto e à EaD, mas deve também envolver pontos como formação de professores para esse contexto, as condições de acesso e de trabalho de docentes e garantias que a adoção de qualquer flexibilização represente precarização do trabalho, p. ex. professoras(es) assumirem um número maior de disciplinas por serem realizadas virtualmente.

### **SINDUFAP**

- No dia 20 de março de 2020, o SINDUFAP emite Nota em meio à pandemia da COVID-19 (Corona Vírus), o MEC, no último dia 18/03, publicou no Diário Oficial a Portaria n. 343/2020, que permite que as IFES substituam às aulas presenciais pelo Ensino à Distância (EaD).
- No dia 26 de março, SINDUFAP elabora o ofício 004/2020 solicitando ao Senhor Prof. Dr. Júlio César Sá, que se posicionasse em ato em relação a medida de regulamentação de Educação à Distância (EaD) em substituição às aulas presenciais, ação do Governo Federal.
- No dia 09 de abril, SINDUFAP dar início a campanha de arrecadação de cestas básicas, em conjunto com outras entidades sindicais e movimentos sociais, para ajudar trabalhadores(as) que foram demitidos com a chegada da pandemia, aos que estão sem renda e famílias em situação de vulnerabilidade social, as cestas foram destinadas ao Sindicato das Domésticas do Amapá (SINDODOMÉSTICA), Sindicato dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Empresas de Conselho Estadual e Municipal dos Direitos da População LGBT e aos demais trabalhadores(as) autônomos(as). Já foram distribuídas muitas cestas e a campanha continua até o presente momento.
- No dia 27 de abril, SINDUFAP elabora outro ofício, 007/2020, solicitando manifestação desta Reitoria em relação as demissões de trabalhadoras e



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior trabalhadores das empresas que prestam serviço terceirizado e corte de 25% nos repasses para as terceirizadas.

- No dia 04 de maio, SINDUFAP realizou uma live sobre os cuidados com a saúde durante a quarentena, a importância do isolamento social e o uso racional de medicamentos.
- No dia 05 de maio, SINDUFAP convoca Assembleia Geral Docente On-Line, momento realizado para discutir a respeito da renovação, extraordinária, da atual Diretoria por até um ano, devido a impossibilidade das questões burocráticas que exigem deslocamento geográfico às outras instituições (banco e cartório).
- No dia 19 de maio, SINDUFAP elabora ofício n. 009/2020 solicitando manifestação da Reitoria acerca da consulta sobre atividades de ensino on-line feita Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD).
- No dia 20 de maio, SINDUFAP emite Nota contra a consulta lançada pela PROGRAD sobre ensino remoto (EAD) na UNIFAP. □ No dia 25 de maio, SINDUFAP encaminha a Reitoria encaminhamento para repatriação das estudantes da Universidade Federal do Amapá.
- No dia 27 de maio, SINDUFAP realiza Reunião Ampliada com outros setores, Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Amapá e Sindicato dos Técnicos Administrativos da Universidade Federal do Amapá, uma conversa a respeito de questão a EaD e Trabalho remoto em tempos de Covid19.
- No dia 28 de maio, SINDUFAP realizou Reunião Ampliada do SINDUFAP para porfiar sobre o impeachment do Bolsonaro e de seu governo, portanto, os encaminhamentos foram em direção ao apoio da #forabolsonaromourao a partir do diálogo para com a sociedade sobre as ações criminosas desse governo, tal como utilizar pequenos trechos de vídeos, que denotam crimes, da reunião ministerial divulgada recentemente, também, nesta reunião, encaminhou-se que o ANDES-SN construísse ações mais ofensivas ao combate do atual governo.
- No dia 30 de maio, SINDUFAP realizou debate sobre a necessidade da abertura do Hospital Universitário em meio a pandemia por causa da COVID-19.

---

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- No dia 03 de junho, SINDUFAP realizou debate acerca do aprofundamento da desigualdade no governo Bolsonaro.
- No dia 05 de junho, SINDUFAP realizará debate acerca da Luta Antirracista

## **ADCAC**

### **1) Informes:**

- A UFCAT (como uma das “supernovas” criada a partir do [Projeto de Lei n. 5275/2016](#), proposto e apresentado como um dos últimos atos do Governo Dilma à Câmara dos Deputados em 12/05/2016; efetivamente criada em 20 de março de 2018, mediante a [Lei 13.634](#); tendo a definição da UFG como Universidade Tutora; e nomeação da Reitoria Pró-tempore - foi nomeada Reitora, a Diretora eleita - somente em 13 dezembro do ano passado) encontra-se em contexto complexo e caótico no processo de transição de Campi/Regional da UFG para implantação de um modelo de Universidade Autônoma em meio a pandemia, nesta conjuntura de ataque brutal via desmonte da Universidade pública. Há restrição de condições elementares para funcionamento com mais potencial de precarização do trabalho docente no trabalho remoto e de exclusão estudantil via ensino remoto.

- As Atividades Presenciais foram suspensas em 16 de março de 2020; juntamente com imediata suspensão do calendário acadêmico.

- No final de abril foi demandado o preenchimento pelos/as docentes do Plano de Trabalho (remoto) via SEI como resposta ao MEC.

- A partir do Ofício do MEC acerca da previsão de retorno das atividades acadêmicas com resposta a ser encaminhado até o dia 01/06, a gestão da UFCAT disparou um processo de estudo acerca da realidade da Universidade frente aos cenários projetados para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas na pandemia de Covid-19. Neste procedimento foram criados 4 Grupos de trabalho: GT Graduação; GT Tecnologia da Informação; GT Extensão; GT Pesquisa. Os Grupos de Trabalho foram compostos pelos representantes das Pró-reitorias e a princípio aberta aos interessados. A partir das preocupações, discussões e sugestões dos GTs específicos, com centralidade



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior nas questões relativas as condições objetivas e subjetivas de âmbito tecnológico e sanitárias em meio a Pandemia, foi elaborado o Formulário/questionário disponibilizado no SIGAA, sendo aplicado a estudantes, docentes e Técnicos Administrativos, entre os dias 20 e 30 de maio. No encaminhamento feito no site da instituição, consta que “foram elaborados questionários personalizados para cada categoria de membro da comunidade universitária da UFCAT, afim de saber destes, sobre as condições e possibilidades de ampliação de atividades remotas, buscando avaliar a pertinência (ou não) quanto à realização dessas atividades no âmbito da graduação e da pós-graduação. Através das respostas a estes questionários, será possível conhecer a realidade de cada categoria em relação à realização de atividades remotas, que demandem conexão à Internet e assim pensar novas estratégias que atendam as necessidades da comunidade universitária em meio ao período de isolamento social, em virtude da pandemia da COVID-19” (<https://catalao.ufg.br/n/127414-levantamento-sobre-as-condicoes-e-possibilidades-de-ampliacao-de-atividades-remotas>).

As Assistentes Sociais da PRPE (Pró-Reitoria de Políticas Estudantis) entraram em contato com os bolsistas, buscando verificar e encaminhar as dificuldades de acesso ao formulário (segundo informação, dos 3400 alunos da UFCAT 2000 responderam o questionário, dentre eles/as 90% dos alunos bolsistas PNAES; quase 100% de TA's; e uma parcela dos Professores).

O resultado foi tabulado e já enviado para o MEC no dia 01/06. A partir desse diagnóstico/dados, os debates e encaminhamentos dos GTs devem ser ampliadas, seguindo para discussão e aprovação no Conselho Universitário (Consuni) da UFCAT, caso não seja convocado de forma extraordinária, no final de junho.

- Dificuldades de condição tecnológicas de conexão/internet até mesmo em Lives da Reitoria.

- A ADCAC se envolveu nas Ações do “UFCAT no Combate ao COVID-19” contribuindo financeiramente para a aquisição de EPIs (em especial, *máscara* de alta filtragem do tipo *N 95*); para a compra de equipamentos para a produção de álcool em gel; em grupos de apoio a Saúde Mental e levantamento das condições de vida de estudantes da comunidade universitária.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
- Proposição do Projeto “Cesta de Alimentos Agroecológicos e produtos de higiene”, executado pela Associação Estadual dos Pequenos Agricultores (AEPAGO) em parceria com a Fundação do Banco do Brasil, com apoio logístico da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis da UFCAT (PRPE) e democratização dos espaços decisórios a partir do Diretório Central de Estudantes (DCE/UFCAT), no qual estão sendo entregues a 150 (cento e cinquenta) estudantes, duas “Cesta de Alimentos Agroecológicos e produtos de higiene” para contribuir com o Direito Humano à Alimentação Adequada em Tempos de Pandemia.

## **2) Análise e discussão:**

Partimos da consideração que esse debate sobre a adoção do Ensino a distância e/ou remoto pelas IES neste contexto da Pandemia coloca-se na disputa por projetos de universidade e de sociedade. Precisamos nos pautar no acúmulo de 30 anos do ANDES nessa discussão e enfrentamento: a partir dos princípios de defesa da Universidade enquanto instituição pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, laica, democrática; antipatriarcal, antiracista, antixista, não homofóbica é que somos contrários ao ensino a distância em substituição ao Ensino Presencial. É que somos contrários ao modelo impetrado pelos Organismos internacionais que colocam a educação como serviço, terciário; mercantilizado, aligeirado, que tem a EAD um de seus carros chefes.

Precisamos insistir na compreensão que a Universidade pública brasileira não é somente ensino; é pesquisa, e extensão. Uma experiência forçada de EAD, de Ensino a distância e/ou remoto em meio a pandemia fere a base da Universidade Pública de integração ensino-pesquisa-extensão; forçar uma normalidade é uma reconciliação forçada com uma realidade que não permite tal concessão a exclusão social de nossos estudantes.

Temos concordância na análise sobre o que as universidades estão tentando fazer e mesmo impor, não pode ser considerado EAD, mesmo no formato da atual legislação.

Ensino remoto não pode ser confundido com trabalho remoto; o trabalho tem sofrido uma exigência maior; pensando em especial nos/nas muitos/as que estão na linha de frente no Combate ao COVID 19 e que tiveram suas vidas ceifadas.

---

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

As Universidades estão produzindo no contexto do trabalho remoto?! O que e como?

Quais são os estudantes que possuem condições de acompanhar a EAD/Ensino remoto em nossas Universidades; ao aceitar, estaremos promovendo e acentuando a exclusão dos estudantes (?); normalizando as exceções.

A UFCAT como outras Universidades Públicas, que tem ingresso integralizado pelo SISU e têm estudantes em uma diversidade de condições, não pode assumir uma posição coerente de implementar forçadamente a EAD ou mais especificamente o Ensino Remoto de forma ampliada.

A aprovação na UFG (Universidade tutora da UFCAT) da possibilidade de se optar pelo Ensino Remoto desencadeou uma pressão ainda maior por aqueles que já vinham defendendo essa possibilidade na comunidade acadêmica da UFCAT.

O Diagnóstico solicitado pelo MEC pode nos colocar na Armadilha do Futura-se: adesão como aceitação do canto da sereia de viabilizar as condições tecnológicas, de infraestruturas e de inovação demandas pelos dados tabulados a partir dos questionários. Além de pensar internamente, como as Universidades Públicas podem intervir na problemática da EAD/Ensino remoto na Educação Básica, que está sendo implementada em Estados e Municípios nas Redes Públicas, mas de forma gritante e hiper-instrumentalizada na Rede Privada? Conforme mencionado pela Eblin e Vinício na Live sobre “EAD, trabalho remoto e precarização do trabalho docente na Pandemia”, as casas estão se transformando em locais de trabalho e insalubridade; de sofrimento psíquico das crianças, adolescentes, jovens e professoras/es; estão se agravando as condições psíquicas da Pandemia. Temos que pensar e nos posicionar com a sensibilidade e radicalidade necessária para a defesa do Projeto de Universidade que vimos construindo e, especialmente, para a manutenção da vida!

## **ADUFF**

Calendários acadêmico e administrativo suspensos em reunião do Cepex, dia 08/4/2020, que também deliberou pela rejeição do EaD como possibilidade de reposição ou substituição de aulas, que essas devem ser pactuadas com os colegiados locais e



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior superiores de modo a atender as demandas institucionais isonomicamente. (Cepex-Uff, Decisão 109/2020).

Na Uff, a reitoria tem priorizado e dirigido reuniões dos fóruns de diretores, coordenadores de cursos e chefes de departamento, pressionando assim cada unidade, departamento e cursos com a sua pauta, em detrimento da necessária convocação e debate pelos colegiados superiores.

Em 30/4/2020 a reitoria editou a INSTRUÇÃO DE SERVIÇO PROGEPE Nº 008 que regulamenta o trabalho remoto na Universidade Federal Fluminense.

Em seguida a Aduff orienta o não preenchimento do plano de trabalho previsto nesta orientação para técnico-administrativos e docentes, o que vêm sendo debatido e seguido por vários departamentos. Desde a edição da IS 008 pela UFF, a Aduff tem se manifestado pela sua suspensão

Pressionada, inclusive pelos sindicatos, a reitoria convocou uma segunda reunião do Cepex para discutir pauta que só disponibilizou às vésperas do encontro, numa minuta que encaminhava o atendimento aos concluintes dos cursos de graduação, com atividades remotas referentes à TCC, Atividades Complementares, disciplinas eletivas e até disciplinas obrigatórias.

A proposta central defendida pela Reitoria nesta reunião, realizada no dia 20/5/2020, que apontava para uma expressiva ampliação no ensino remoto na Universidade Federal Fluminense, não foi aprovada, à excessão das Monografias e Atividades Complementares. A pauta principal acabou sendo remetida para um Grupo de Trabalho com o prazo de 15 dias para reapresentar uma proposta ao CEPEX, tendo como objetivo assegurar que alunos em fase de conclusão de curso possam concluí-lo em 2020.

Também pressionada pelas entidades, a reitoria finalmente convocou extraordinariamente o CUV, em 27/5/2020, tendo como pauta única a prorrogação dos mandatos de representantes do Colegiados de Unidades, ficando o tema da pandemia apenas para "debate", numa clara estratégia de esvaziar o principal tema a ser necessariamente tratado e deliberado na instância máxima da Universidade.

Neste cenário a Aduff tem realizado várias ações de solidariedade junto à setores dos movimentos sociais, bem como vem debatendo o contexto de crise e de ataques que o



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior Serviço Público e mais especificamente a Educação Pública e as Universidades vêm sofrendo.

Assim vem realizando vários debates nos campos político, econômico, cultural, da saúde, segurança, entre eles duas lives sobre EaD e ensino remoto, além da participação em vários fóruns de debates e ações na área educacional.

Como forma de aprofundar o debate sobre o ensino remoto, a direção da Aduff convocou o GTPE e o GTPFS para aprofundar a reflexão em torno deste cenário de crise e pressão para o retorno às atividades, remotamente, buscando possíveis encaminhamentos. Neste sentido, realizamos dois encontros bastante produtivos, cujos resultados truxemos para esta reunião do GTPE nacional.

Destacadamente, ressaltaríamos a manutenção dos princípios da Universidade Pública, o cuidado e manutenção da Vida acima de tudo, a crítica veemente ao EAD, ou a qualquer forma de ensino remoto, online, ou equivalente, em substituição às aulas presenciais, a convocação de amplo debate na Universidade, incluindo a convocação permanente de seus colegiados superiores, a defesa das trabalhadoras e trabalhadores, nos casos de assédio em função da pressão por atividades a distância e/ou presenciais, o questionamento político e jurídico sobre a adesão compulsória a esta forma precária e certamente excludente de “ensino” a que estamos sendo pressionad@s a aderir.

### **ADUFOP**

As atividades na UFOP estão suspensas desde o dia 17 de março de 2020. Muitas atividades da pós graduação continuam, inclusive processos seletivos. Há um comitê que discute as medidas e reuniões quinzenais do CUNI para reavaliar. Há uma pressão para que ocorra Ensino Remoto. Recentemente, a PROGRAD apresentou uma proposta de Ensino Remoto que foi enviado aos departamentos. Cada departamento tem autonomia de decisão, em alguns departamentos tem ocorrido assembleia departamental em outros os professores estão se posicionando por formulários. A proposta apresenta, de maneira sintética, que ocorram disciplinas virtuais e condensadas, um período letivo especial de 17/08 a 25/09, os discentes poderão cursar 2 disciplinas. Os departamentos

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior escolhem as disciplinas que serão ofertadas. Até o momento há posicionamentos desiguais dos departamentos e unidades, alguns aprovando por unanimidade, outros com ressalva e outros recusando. A Reitoria garantiu que o calendário do SISU para o segundo semestre será mantido.

A ADUFOP desde o início da suspensão se posicionou contrária à substituição das atividades por EAD ou Ensino Remoto. Não está ocorrendo reuniões virtuais com a categoria, os materiais têm sido enviados por email e mídias sociais.

Colocações durante a intervenção:

- Acirramento dos ataques, Ensino Remoto e EAD, da maneira que está proposta, como o principal desafio da categoria no momento;
- A importância de se discutir as consequências pros cursos e assistência estudantil;
- Perigo da diminuição dos postos de trabalho e a configuração do trabalho dos docentes, professores assumindo mais turmas e não reposição de vagas.
- Necessidade de discussão considerando as críticas de termos tecnofobia e ilusões que isso ampliaria o tempo dedicado à pesquisa.
- Necessidade que o sindicato aponte caminhos.

## **ADUFPB**

As atividades realizadas pelo GTPE/ADUFPB foram organizadas com base no trabalho coletivo da diretoria que vem defendendo os princípios da educação pública e de qualidade, socialmente referenciada, em suas reuniões periódicas para estudar, debater, produzir documentos, organizar e participar de eventos interno e externos sobre a Política Educacional. Neste ano de 2020, o GTPE priorizou A Política de Formação Inicial e Continuada de Professores e a luta intransigente pela garantia dos princípios democráticos.

O foco maior foram os estudos das Diretrizes Curriculares Nacionais para as licenciaturas (Resolução CNE/CP nº 2/2015 que “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior formação continuada” e a Resolução nº 2/2019 que “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)” e as formas de resistências aos ataques do governo às universidades, como à liberdade de cátedra, ao Future-se, entre outros. Entretanto com a chegada da Pandemia, os nossos encontros priorizaram a defesa intransigente da vida e pelas condições de trabalho dos professores e estudantes e contra toda forma de mercantilização da EAD e do Ensino Remoto, sem o oferecimento das condições necessárias para realização.

#### **Algumas atividades realizadas anterior a pandemia:**

- Realização de Ciclo de Diálogo com a participação de diversos segmentos, sindicatos, Movimento Estudantil, ANFOPE, FEE-PB, MPE/PB, MPF, Conselho Estadual de Educação para debater o tema “Escola, Formação de Professores e Liberdade de Cátedra”. (5/11/2019).
- Participação da ADUF/PB, como palestrante, nas Audiências Públicas Estadual e municipais sobre Escola sem mordça. Ações como estas fizeram com que o Conselho Estadual de Educação, MPF e MPE/PB pudessem emitir notas e leis a favor de liberdade de cátedra valendo para toda Paraíba. Queremos destacar que ações como essas contribuíram para que o STF aprovasse, em maio de 2020 uma ADPF que garante a liberdade de cátedra.
- Participação em Fórum Estadual de Educação da Paraíba;
- Participação em atividades da ANFOPE com outras entidades;
- Participação em Congressos, CONAD e Grupos de Trabalho do ANDES;
- Participação do Encontro do GTPE/ANDES (2 e 3/5/2020);
- Participação nas Reuniões de diretoria da ADUFPB, no Conselho de Representantes da ADUFPB e em Plenárias de Professores, além das reuniões das atividades conjuntas com outros sindicatos e de outros setores;
- Organização da 1ª Semana Mulheres em Resistência da ADUFPB (9 a 12 de março de 2020) e Criação do Comitê Mulheres em Resistência da ADUFPB. Esse Comitê



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior participou da organização da Jornada de Mulheres da Paraíba ((8/3/2020) e participa do Movimento de Mulheres da PB. Eventos realizados uma semana antes da Pandemia.

### **Atividades no período de pandemia.**

- Reunião semanal da Diretoria da ADUFPB para tomar decisões em Momentos de Pandemia no sentido de agilizar ações solidárias de doações de máscara, protetor facial, álcool, álcool gel e contribuições para compra de respiradores, desenvolvidos pelos professores da própria UFPB, que foram doados inicialmente aos Hospitais Universitários e às comunidades carentes.
- Reunião com os Conselhos de Representante da ADUFPB para debater sobre a Suspensão do Calendário Escolar;
- Participação nas Reuniões do Consepe/UFPB para acompanhar o debate do novo calendário escolar com base no Parecer CNE nº 5/2020 até a aprovação das Resoluções 13 e 14 que regulamenta o calendário escolar excepcional e as atividades de ensino e de aprendizagem remotas
- Produção de Notas Públicas para orientação sobre a posição da ADUFPB sobre EAD e Ensino Remoto e Calendário nos tempos de Covid 19 e Nota conjunta com outras entidades para “Suspensão das atividades de ensino e a problemática do ensino remoto”
- Criação de Página “Fique em Casa” no site da ADUFPB, onde os docentes podem pedir informações e receber orientações sobre várias atividades e acompanhar
- Participação junto ao Movimento de Mulheres da PB com ações solidárias e em atividades de prevenção, contra a violência doméstica e Carta Pública para orientação durante a Pandemia.

Projeto realidade brasileira e universidade A ADUFPB continuou desenvolvendo o seu projeto Realidade Brasileira e Universidade. No entanto, neste período de COVID 19, os debates se intensificaram em formato de lives semanais, em torno dos temas emergentes da realidade em tempos de Pandemia. Já realizamos oito Mesas com importantes especialistas da área. Entre os temas debatidos até o dia 3/06/2020.

Destacamos:



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
- A Universidade Pública e o trabalho em tempos de agravamento da Pandemia da COVID-19, com possibilidade de colapso do SUS: quais nossas tarefas imediatas? (15/04/20); - Conjuntura e Pandemia: perspectivas políticas (22/04/20); - Educação e Direitos Humanos: o que significa EAD em tempos de Covid 19 (29/04/2020); - Violência doméstica contra as mulheres em tempo de Pandemia (06/05/20) - Pandemia e saúde docente (13/05/2020); - Educação no Brasil e a universidade pós-pandemia: estratégias para o presente e para o futuro (20/05/2020); - Comunicação em tempos de Pandemia: a verdade entre a vida e a morte (27/05/2020), - O governo Bolsonaro e a pandemia: A destruição das políticas educacionais e de produção e transmissão do conhecimento (3/6/2020).

#### **Participação em várias lives sobre Educação:**

Formação de professores e valorização do magistério em tempos de pandemia e crise econômica política social (Congresso da UFBA), entre outras.

#### **REUNIÃO DO GTPE/ADUFPB (01/06/2020)**

Debater a Pauta do Encontro Nacional do GTPE/ANDES sobre EAD e Produção de Cartilha, a qual o GTPE/UFPB, acrescentou ainda, o Ensino Remoto e a Políticas de Formação e Valorização de Professores, trazendo para o debate o desmonte das Minutas de Resoluções e Pareceres do CNE, 2020 sobre A Formação Continuada de Professores. Participantes: Adelaide, Edson, Fernando, Iranice, Ivete, Joaquim, Luciana, Nilvania, Nilza, Norma, Roberta, José Balduino, Rita Porto.

A reunião teve início às 15 horas com uma pequena análise de conjuntura educacional, destacando as atividades realizadas pela ADUFPB, dando destaque para as lives; produção Notas públicas; participação em reuniões do sindicato e com outros sindicatos; participação de reuniões nas instâncias da UFPB; participação e organização de outros eventos de caráter político, sindical e acadêmico, entre outros. Em seguida o debate se aprofundou mostrando as preocupações e angústias dos professores quanto à EAD, Ensino Remoto e a formação continuada de professores nas tecnologias oferecidas pelas universidades para atenderem às exigências do Parecer do CNE nº



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior 5/2020 e das Resoluções das universidades, (com destaque para Resolução UFPB/CONSEPE nº 13 e 14 de 2020).

Entre os pontos debatidos fica claro que a EAD é diferente de Ensino Remoto e que nem o MEC e nem as universidades têm oferecido condições humanas e materiais necessárias para que professores e estudantes cumpram com suas responsabilidades nesse tempo de pandemia.

Nestas perspectivas os professores mostraram suas preocupações com:

- o entendimento, neste momento de pandemia, de que a EAD seja diferente de Ensino Remoto e de que os professores não têm como receber da instituição (UFPB) condições básicas, apenas rementendo-os à potenciais criadores de um grande laboratório para que o governo federal se aproveite de força de trabalho, que muitas vezes ultrapassa a carga horária contratual, em casa domiciliar;
- as diferenças reais entre EAD, trabalho remoto e gravação de vídeo/áudio, que fere frontalmente as postulações da aprendizagem enquanto processo construído coletivamente;
- a universalização do direito a educação é um princípio constitucional que deve garantido com educação de qualidade para todos estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino e principalmente para os estudantes menos favorecidos que não têm computadores, celulares, internet, ou até mesmo espaços de ambiente domiciliar em tempo de Pandemia;
- a gravíssima mácula ao princípio constitucional da educação pública, gratuita de qualidade, socialmente referenciada e para todos, uma vez que nos quatro campi da UFPB, a falta de acesso a banda larga varia de 40 a 60%, chegando a inexistir para os alunos das áreas rurais dos campi localizados no interior do Estado.
- a preocupação com a flexibilização do ensino nesse tempo de Pandemia que compromete a qualidade da educação, dificultando, ainda mais, as condições de percursos daqueles estudantes que mais necessitam e que serão mais prejudicados na sua formação, mesmo que as atividades sejam desobrigadas para eles;

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- a contradição subjacente entre oferta de componentes curriculares e a desobrigação do seu cumprimento, restando também desta contradição uma descontinuidade pelo residual de alunos que extrapolam o tempo de permanência na universidade.
- as ameaças de aplicação das avaliações censitárias (ENEM, SAEB, ENADE) em momentos de pandemia, que prejudicarão o resultado real da avaliação nas escolas e nas IFES e beneficiará os grandes conglomerados de empresas privatistas;
- os departamentos que estão cobrando dos professores aspectos da burocracia, como os plano de atividades para as aulas remotas (sincrônicas) e ao mesmo tempo, em que ele, o professor, está se formando individualmente em plataformas que nem sempre são confiáveis, além de arcar com os custos de internet, energia e equipamentos eletrônicos e ainda dificulta a administração do seu ambiente familiar;
- a uma falsa normalidade no sistema de ensino, amparada numa proposta de necessidade urgente de atividades de ensino remoto, mesmo sabendo que a categoria dos docentes continuou durante a Pandemia a desenvolver atividades que não são só ensino, mas pesquisa, extensão e produção do conhecimento;
- à angustia e constrangimentos dos professores em ministrarem suas aulas para muitos estudantes com interferências de diversos fatores (conversas, ruídos, entrada e saídas de pessoas, etc...) no ambiente da sua casa, inclusive marcada pela angustia de ter familiares, amigos e, até, a si próprio com coronavírus;
- o pouco espaço de interação entre os professores e as mínimas condições de trabalho para atuarem em plataformas nem sempre confiáveis e com ameaças constantes da privatização da educação, por meio de plataformas privadas vendidas aos governos municipais, estaduais e nacional;
- vulnerabilidade jurídica a que a Universidade se expõe no caso de aproveitamento sofrível dos alunos, seja por frequência insuficiente à plataforma virtual, seja pelo não envio do exercício solicitado pelo docente, seja por não domínio do conteúdo ministrado pelo professor. Em todos estes casos, o aluno terá argumentos contra o professor e este ficará a mercê de um governo fundamentalista;

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
- a posição das famílias que já estão fazendo severas críticas a esse tipo de educação e cobrando das instituições, que não escutou as famílias e nem os estudantes, para que conheça as reais condições dos estudos no ambiente familiar.

Por fim, o GTPE/ADUFPB, concorda com publicação de Cartilhas para subsidiar os professores em tempo de Pandemia e se posiciona em fazer aprofundamentos dos debates das Resoluções do CNE/CP (15/2015 e 2/2019) sobre formação de Professores e a inclusão da nova Minuta que trata da Educação continuada: Minuta de Parecer e Resolução do CNE/CP nº----2020 que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada”, com o olhar crítico de que não se deve traçar políticas de formação inicial, separada da formação continuada.

### **ADUFRJ**

1) Ações UFRJ no enfrentamento à Covid-19:

- a - apoio total aos hospitais universitários da instituição;
- b - fabricação de álcool 70º, líquido e em gel, para distribuição em todas as unidades da instituição, por todos os campi, para alunos em alojamentos e, também, para distribuição externa;
- c - Transformação de algumas bolsas-auxílio, destinadas a alunos, em Bolsas Covid-19 A, B e C (Boletim Extr. 21-2020, em anexo).

2) Ações da ADUFRJ, junto ao SINTUFRJ (Sind. dos trabalhadores em educação da UFRJ) e à ATTUFRJ (Assoc. dos trabalhadores terceirizados da UFRJ):

- a - aquisição e distribuição de cestas básicas para alunos e trabalhadores terceirizados;
- b - ação judicial contra o corte de adicionais nos salários do corpo docente da UFRJ, sem êxito, no entanto. Nesse sentido, seria interessante o compartilhamento das ações de outras seções sindicais do ANDES que alcançaram sucesso em seu pleito.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

3) Ações da administração central contestadas pela seção sindical, por coletivos de professores e por alguns colegiados:

a - Portaria 3.188, de 04 de maio de 2020 (publicada em Boletim Extraordinário, o qual segue em anexo): versa sobre trabalho remoto. No mesmo boletim, é publicada outra portaria instituindo um GT consultivo que tratará das condições para aplicação do trabalho remoto e da possibilidade de aplicação de aulas em ambientes virtuais;

b - após notas de repúdio e manifestações de indignação pelo caráter tecnicista, produtivista e autoritário do texto, a reitoria cancela os efeitos do documento (Boletim Extr. 21-2020, em anexo), aumentando o prazo concedido anteriormente para o recebimento de sugestões com vistas a uma nova resolução acerca do tema sobre o qual se debruçava;

c - no início da presente semana, em reunião do Conselho Universitário (CONSUNI), um novo texto (teoricamente construído a partir das contribuições enviadas) foi discutido para a instituição de uma nova resolução sobre trabalho remoto (ainda não tenho notícias de sua publicação como portaria, mas minha impressão, advinda de comentários de colegas em reunião da ADUFRJ com seu Conselho de Representantes, é a de que chegamos, com tal resolução, a algo como um "mal menor").

4) Resolução CEPG (Conselho de Ensino para Graduados): adota medidas para o ensino remoto nos programas de pós-graduação da universidade. A resolução causa estranheza, e a percepção é a de que não há a devida preocupação com a desigualdade de condições de participação que a implementação do ensino remoto (tal como consta no texto que segue em anexo) pode criar para os pós-graduandos dos mais distintos programas de pós da universidade.

5) Há pressão de professores de centros e unidades com maiores recursos pela instituição imediata do ensino remoto. Em contrapartida, há também todo um movimento de pensar-se o contexto pós-pandemia através de discussão que inclua docentes, discentes e técnico-administrativos. Houve a criação de diferentes GT's e, tomando a Faculdade de Educação (unidade da qual faço parte) como exemplo, rodas de



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior conversa online foram instituídas, obtendo-se forte participação dos mais diferentes setores que a compõem.

## **APRUMA**

As aulas na Universidade Federal do Maranhão, foram suspensas logo no início da pandemia no País. A partir da suspensão das aulas, a Administração Superior determina às seguintes modalidades de trabalho: EAD, Trabalho Remoto e Aula Remota, sem um diálogo com a base, professores e alunos. Diante de tal imposição os Departamentos começaram a fazer suas reuniões on-line para tomada de posições, alguns já vem trabalhando remotamente como complemento de algumas atividades, mas também com dificuldades em relação à internet.

A Administração Superior fez uma pesquisa para sondar a posição dos professores e alunos sobre essas novas modalidades de ensino, a qual achamos o método utilizado meio suspeito e, diante disso a APRUMA resolveu fazer a sua própria pesquisa sobre a situação atual-ainda em andamento. Já fizemos duas reuniões com a base para saber a opinião de todos/as sobre essas modalidades de trabalho, temos adesões mas, com uma grande parte contra a proposta. Desde o início da suspensão das aulas temos feito outras atividades como: lives todas às quintas-feiras, participação em reuniões Departamentais, Reuniões com a nossa base, Campanhas solidárias para alunos da casa do estudante, trabalhadores terceirizados que trabalhavam na manutenção da UFMA e, foram desempregados, doações de equipamentos para o H.U, um Hospital público de São Luís e, um hospital público de Imperatriz -Ma.

Estamos pedindo a Administração da UFMA um diálogo para trabalharmos juntos sobre a situação atual, inclusive tendo assento no Comitê da Crise e outros espaços que acharmos necessário.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
A participação dos Campis, tem sido permanentes, como também o Colégio  
Universitário. Reuniões com os funcionários do Sindicatos, os quais encontram-se  
trabalhando remotamente com algumas dificuldades estruturais e  
familiares. Levantamento de servidores e familiares que foram afastados por serem  
acometidos pelo coronavírus. Estamos buscando através de diálogo com a nossa base  
formas seguras de retorno a esse novo momento.